

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 26 de junho de 2019 às 08h10*  
*Seleção de Notícias*

## G1 - Globo | BR

Pirataria

<b>Suprema Corte americana libera palavrões em marcas e patentes .....</b>	<b>3</b>
--	----------

MUNDO

## BOL - Notícias | BR

25 de junho de 2019 | Denominação de Origem

<b>Setor do vinho pede proteção às indicações geográficas no acordo UE-Mercosul .....</b>	<b>5</b>
---	----------

## Jornal da Ciência - SBPC - Online | BR

25 de junho de 2019 | Inovação

<b>5. Brasil fica para trás na inovação tecnológica .....</b>	<b>6</b>
---	----------

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR

25 de junho de 2019 | Pirataria

<b>Marcas brasileiras sofrem com a pirataria em outros países .....</b>	<b>7</b>
---	----------

ANCELMO.COM

## Blog E+ - Estadão.com | BR

25 de junho de 2019 | Patentes

<b>Justiça americana libera utilização de 'palavrões' em marcas registradas .....</b>	<b>8</b>
---	----------

## Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

25 de junho de 2019 | Entidades

<b>Arbitragem e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....</b>	<b>9</b>
---	----------

## O Debate Online | MG

25 de junho de 2019 | Marco regulatório | INPI

<b>Registro de marcas no exterior poderá reduzir custos em até 90% .....</b>	<b>11</b>
--	-----------

# Suprema Corte americana libera palavrões em marcas e patentes

MUNDO

Patrick T. Fallon/Reuters



Erik Brunetti, designer da marca de roupas FUCT, que venceu uma disputa legal contra a agência de marcas e patentes

Agência de marcas e patentes havia se recusado a registrar marca com um nome que lembra uma flexão verbal de uma palavra de baixo calão em inglês.

A Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou, nesta segunda (24), uma antiga regra que proibia que marcas que tivessem palavras e símbolos imorais ou escandalosos.

Os juízes tiveram que tomar uma decisão relativa a uma empresa de roupas que tinha um nome controverso. O dono da marca alegou que a proibição violava o direito ao discurso, que é uma garantia constitucional nos EUA.

O governo de Donald Trump, favorável à proibição da marca, argumentou que a lei que restringia palavrões em marcas existia desde 1905.

O caso em questão é da marca FUCT, da cidade de Los Angeles. O designer Erik Brunetti protocolou o registro do nome comercial, mas a agência de marcas e **patentes** recusou.

A palavra FUCT não existe em inglês, mas tem uma sonoridade próxima de um termo inapropriado.

A Suprema Corte manteve uma decisão de uma instância inferior de Justiça, de 2017, que considerava que a proibição era uma violação à garantia constitucional de liberdade de expressão nos Estados Unidos.

Na prática, a agência de marcas e **patentes** não vai mais impedir registros de marcas por profanidade ou imagens gráficas de cunho sexual.

A administração de Trump havia avisado que invalidar a lei abriria as portas para um fluxo de palavras extremas e imagens sexualmente gráficas no mercado.

Em 2011, quando o protocolo da FUCT foi rejeitado, a agência concluiu que, além da sonoridade da palavra, os produtos tinham imagens explícitas, misóginas e violentas.

Brunetti tentou registrar a marca porque seria mais fácil protegê-la de **falsificações**. O nome é uma saída inteligente, ele afirma, por causa da sua associação a um palavrão, mas também é uma sigla para "amigos em quem não se pode confiar".

Uma instância de Justiça deu razão a ele em 2017.

A decisão desta segunda (24), a Suprema Corte seguiu a mesma lógica de uma decisão de 2017 quando derrubou uma lei que proibia marcas ofensivas.

Naquela ocasião, era uma banda de rock dançante que se chama The Slants.

Esse é um termo que, originalmente, se refere a algo inclinado, mas que é empregado de maneira pejorativa para descrever pessoas de origem asiática.

O conjunto The Slants é formado por músicos de as-

Continuação: Suprema Corte americana libera palavrões em marcas e patentes

cendência asiática.

A agência de marcas e registros considerou que eles não poderiam ter esse nome, eles entraram com um processo na Justiça e venceram.

Na argumentação, no dia 15 de abril, os juízes e advogados tiveram o cuidado de não pronunciarem o palavrão do qual deriva o nome da marca de roupa.

Um advogado descreveu a palavra como "o equivalente à flexão verbal no particípio passado de uma profanidade paradigmática de uma palavra profana na nossa cultura".

O juiz Stephen Breyer a chamou de "a palavra em questão".

Os produtos da marca de Brunetti incluem um pulôver com a inscrição "The World is fuct" (o mundo

está fuct), calças com os dizeres "We are fuct" (nós estamos fuct) e uma camiseta com a frase "Fuct is free speech, free speech is fuct" (Fuct é a liberdade de expressão, a liberdade de expressão está fuct).

Ainda que algumas pessoas fiquem ofendidas por certas palavras, limitar o direito de se expressar é uma medida perigosa, afirmou Brunetti, em uma entrevista em abril.

O governo dos EUA argumentou que banir termos vulgares e imagens indecentes não é uma discriminação contra um ponto de vista, e que o governo não deveria ser forçado, pelo sistema de proteção de marcas, a promover palavras e imagens que podem chocar o público.

## Setor do vinho pede proteção às indicações geográficas no acordo UE-Mercosul

Bruxelas, 25 jun (EFE).- O Comitê Europeu de Empresas do Vinho (CEEV) exigiu nesta terça-feira respeito às **indicações** geográficas da União Europeia no acordo comercial negociado com o Mercosul, além de pedir um melhor acesso ao mercado de bebidas fabricadas no bloco comunitário.

O CEEV informou em comunicado que o pacto só deve ser assinado "se incluir medidas para uma proteção efetiva das **indicações** geográficas do vinho".

"Não trata-se apenas do acordo com o Mercosul, mas as implicações para as nossas **indicações** geográficas do vinho vão além", disse o presidente do CEEV, Jean-Marie Barillère, que acrescentou que "um fracasso da UE" nesse assunto "seria particularmente prejudicial, tendo em vista outras negociações" que o bloco já tem em andamento ou possam abrir no futuro com outros parceiros comerciais.

Além disso, os empresários do setor destacaram que o acordo deve "melhorar significativamente" o acesso aos mercados de vinhos europeus mediante a eliminação das tarifas aplicadas a essas bebidas alcoólicas e permitir desse modo "que os produtos da UE compitam em igualdade de condições".

"O vinho não pode perder a oportunidade. Hoje estamos competindo com países que não fazem frente às mesmas restrições que nós", afirmou o se-

cretário-geral do CEEV, Ignacio Sánchez Recarte.

Recarte acrescentou que os vinhos comunitários "poderiam ir muito melhor nos mercados do Mercosul" (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

"Por isso, o acordo deve garantir a eliminação das tarifas para os vinhos da UE em um prazo de tempo razoável", indicou Sánchez Recarte.

De qualquer forma, o setor vinícola reconheceu que "sempre foi a favor de um pacto ambicioso".

As negociações para um amplo acordo de associação - baseado na cooperação, no diálogo político e no livre-comércio - entre a UE e o Mercosul se iniciaram em Buenos Aires em abril do ano 2000 e desde então foram realizadas mais de 30 rodadas de negociação, em um processo complexo, marcado por bloqueios de muitos anos.

Neste mesmo mês, o presidente Jair Bolsonaro garantiu que um pacto entre o bloco europeu e o Mercosul era iminente, mas Bruxelas pediu cautela.

Na semana passada, a UE e o Mercosul iniciaram uma nova rodada de negociação técnica para alcançar os avanços necessários para convocar uma reunião em nível ministerial para um impulso político fundamental às conversas. EFE

## 5. Brasil fica para trás na inovação tecnológica

No segmento de desenvolvimento de softwares, classificado em serviços, a diferença é gigantesca, com uma parcela de 29% do valor adicionado bruto do setor investida em P&D na média das nações da OCDE, para apenas 4,5% no Brasil. O setor de químicos, classificado como de média-alta tecnologia, é um dos poucos em que o país se sobressai, com o equivalente a 8,1% do valor adicionado bruto investido em pesquisa e desenvolvimento, ante 6,5% na OCDE, em grande medida por causa do segmento de cosméticos e perfumaria

Quase todos os setores produtivos relevantes para o desenvolvimento da economia, de industriais a serviços, estão bem longe da chamada fronteira tecnológica no Brasil. Em outras palavras, apresentam baixo nível de investimento em pesquisa. De 37 segmentos analisados num levantamento feito pelo pesquisador Paulo Morceiro, do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (Nereus-USP), apenas cinco ultrapassam essa fronteira. No outro extremo, um dos piores desempenhos é o de desenvolvimento de softwares, que está na ponta do avanço tecnológico no mundo.

No trabalho do pesquisador, a fronteira é definida pela taxa média do que os setores de alta, média e baixa tecnologia investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação à dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), órgão multilateral em que o Brasil aspira um assento.

"O país está distante na pesquisa e desenvolvimento, seja nos segmentos de alta, seja nos de baixa intensidade tecnológica", diz Morceiro, cujo trabalho se baseia em informações da Pesquisa de Inovação (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de dados colhidos via Lei de Acesso à Informação sobre os recursos investidos por organizações públicas como Embrapa, Fiocruz e institutos da Marinha e da Aeronáutica. O trabalho foi feito em parceria com Milene Tessarin, pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Leia na íntegra: Valor Econômico

O Valor Econômico não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante.

# Marcas brasileiras sofrem com a pirataria em outros países

ANCELMO.COM

Está feia a coisa...

**Marcas** brasileiras sofrem com a **pirataria** em outros países

por Ancelmo Gois

25/06/2019 10:00

Quinze marcas brasileiras foram pirateadas no exterior nos últimos cinco anos. Entre as grifes, a nossa moda praia Lenny Niemeyer.

A China foi o país com o maior número de casos de **pirataria**. Mas marcas brasileiras também foram copiadas ilegalmente em Portugal, na Colômbia e até na Coreia do Sul e nos EUA.

O levantamento foi feito pelo escritório de propriedade intelectual Montaury Pimenta.

Comente

Compartilhe

## Justiça americana libera utilização de 'palavrões' em marcas registradas



*Lei que impede uso de nomes grosseiros é de 1905 e defendida por Donald Trump*

Juíza da Suprema Corte Elena Kagan. Foto: REUTERS/Dominick Reuter

A Suprema Corte derrubou, nesta segunda-feira, 24, a antiga proibição nos Estados Unidos de marcas registradas com palavras e símbolos "imorais" ou "escandalosos", decidindo, em um caso que envolve uma marca de roupas com um nome grosseiro, que a lei viola os direitos constitucionais à liberdade de expressão.

Repórter fala palavrão ao vivo na Globo News

Mulher solta palavrão ao vivo no 'Encontro'

Os juízes da corte decidiram contra a administração do presidente Donald Trump, que defendia a lei que existe desde 1905, e a favor de um designer urbano de Los Angeles, Erik Brunetti, que foi recusado pelo escritório de Patentes e **Marcas**, quando tentou registrar o nome da sua marca FUCT, que, em inglês, soa como um conhecido palavrão que começa com a letra F naquele idioma.

Todos os nove juízes concordaram com a decisão, escrita pela liberal Elena Kagan, que a proibição a mar-

cas registradas "imorais" não corresponde ao direito à liberdade de expressão garantido pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos. No entanto, três juízes escreveram opiniões dissidentes dizendo que o padrão de "escandaloso" nas marcas deveria ter sido mantido.

A Suprema Corte seguiu o mesmo caminho de 2017, quando derrubou uma lei parecida impedindo o registro de marcas "depreciativas", em um caso envolvendo uma banda de rock ágio-americana chamada The Slants, nome que autoridades federais consideraram ofensivo aos asiáticos - "slant" pode significar inclinado ou oblíquo.

Quando, em 2011, o registro da marca FUCT foi rejeitada, o escritório de **Patentes** e **Marcas** notou que o nome da marca soa como um palavrão - algumas vezes educadamente chamado de "palavra com F" na língua inglesa -, embora a grafia seja diferente, e concluiu que os produtos de Brunetti continham imaginário sexual, misógino e violento.

"Há muitas grandes ideias imorais e escandalosas no mundo (até mais do que há palavrões)", escreveu Kagan, na decisão desta segunda-feira, acrescentando que as leis de registro de marcas cobrem todas elas. "Isso, portanto, viola a Primeira Emenda".

"É um bom dia para os americanos", disse o advogado de Brunetti, John Sommer. "A Suprema Corte tirou o governo do negócio de decidir questões de moralidade." O escritório de Patentes e **Marcas** afirmou que estava revisando a decisão. O Departamento de Justiça recusou-se a comentar.



## Arbitragem e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais



Foto: Acervo Pessoal

Em pouco mais de um ano entrará em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18 -- LGPD), que regula o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas, e tem por objetivo resguardar os dados e a privacidade dos indivíduos. A LGPD colocou o Brasil no mesmo degrau dos países da União Europeia no combate ao tratamento indevido de dados pessoais. Este artigo questiona algumas disposições da norma em relação aos procedimentos arbitrais.

Tratamento de dados, na definição da lei, compreende todas as operações realizadas com dados pessoais desde a coleta até a sua utilização para qualquer finalidade. Assim como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation* -- GDPR), lei da União Europeia na qual a LGPD se inspirou, o tratamento de dados, como regra geral, somente poderá ser realizado mediante o consentimento do titular.

No entanto, em determinadas situações a LGPD permite o tratamento de dados sem necessidade de autorização, como na hipótese de exercício regular de direitos em processo arbitral. Uma das razões para isso é permitir à parte produzir prova a seu favor livremente. Não fosse assim, caso uma parte precise apresentar documento que lhe favoreça e que contenha dados pessoais da outra parte, ela dependeria do consentimento do seu oponente, o que seria inadmissível.

Apesar de a LGPD fazer essa exceção para as partes nas arbitragens, os demais participantes do procedimento -- árbitros, representantes das partes, instituição que administra o procedimento e peritos -- seguem obrigados a obter o consentimento para tratamento dos mesmos dados.

Além de dificultar o procedimento arbitral, neste ponto a LGPD é contraditória. Na medida em que a **arbitragem** demanda a atuação de terceiros, a melhor interpretação da norma seria a de que as demais pessoas físicas e jurídicas que atuam no procedimento também estariam dispensadas de obter o consentimento do titular dos dados, quando estes constarem de prova apresentada pelo detentor do direito.

Não só as partes terão seus dados tratados na **arbitragem**, os demais participantes também devem ter a privacidade preservada. Obter a autorização de todos, a princípio, não seria um problema, exceto pela possibilidade de revogação dessa autorização a qualquer momento, o que poderia criar situações inusitadas. Depoimentos testemunhais, por exemplo, poderiam ser retirados da arbitragem caso a testemunha assim solicitasse. Não é difícil concluir que disposição legal que pretende proteger os indivíduos seria utilizada como estratégia na arbitragem.

Para evitar tal manobra é possível entender que a tes-

Continuação: Arbitragem e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

temunha estaria dispensada da autorização pelo teor do art. 7º, inciso II, uma vez que as demais pessoas que atuam na arbitragem estariam apenas cumprindo um dever legal. Desta forma não há que se falar em revogação e o depoimento não seria retirado da arbitragem.

Mesmo assim a LGDP traz importantes regras que trazem segurança para a privacidade dos indivíduos. Para conciliar suas rígidas disposições com o procedimento arbitral, algumas adaptações serão necessárias, tal como ocorreu na União Europeia com o advento do GDPR.

Em janeiro de 2019, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional sediada em Paris atualizou suas "Notas às partes e tribunais arbitrais sobre a condução da arbitragem conforme o regulamento de arbitragem da CCI", inserindo um capítulo dedicado a proteção de dados pessoais.

O **International** Council for Commercial Arbitration (ICCA), instituição voltada à promoção e desenvolvimento da arbitragem, conciliação e outras formas de solução de disputas comerciais internacionais, e o **International** Bar Association (IBA), organização que agrega advogados, associações de advogados e sociedades jurídicas de vários países, estão preparando um guia prático para indicar quando a proteção de dados deve ser con-

siderada no procedimento arbitral. Várias instituições administradoras de procedimentos arbitrais ao redor do mundo estão contribuindo com a redação do guia.

No Brasil, por meio da Orientação nº 01/2019 publicada em 14/06/2019, a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM B3) implementou uma nova plataforma digital, a chamada CAM B3 Digital, para a tramitação de todos os procedimentos instaurados a partir de 1º de julho de 2019. O art. 4º da Orientação prevê o tratamento dos dados pessoais conforme legislação aplicável e criará uma política de privacidade que regerá a sua utilização.

A LGDP entrará em vigor em agosto de 2020, logo as demais instituições de arbitragem no Brasil também precisarão se adaptar. Fazer constar nos termos de arbitragem, nos laudos periciais, nos depoimentos testemunhais e em vários outros documentos produzidos ao longo da arbitragem as autorizações para coletar, transferir e arquivar dados pessoais é medida simples e eficaz para estar em conformidade com a nova lei.

**\*Angela Di Franco** é sócia de Levy & Salomão Advogados

Angela Di Franco\*

## Registro de marcas no exterior poderá reduzir custos em até 90%

Senado aprova a adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid, com o intuito de agilizar os processos e trazer mais segurança às empresas.

No dia 22 de maio, o plenário do Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo n.º 98/2019, que formaliza a adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid, que trata do registro intencional de marcas.

De acordo com Denise Maria de Moraes, advogada no Theon de Moraes Advocacia Empresarial, o Projeto de Lei para adesão ao referido Protocolo estava na pauta para aprovação desde junho de 2017, até que, em 04 de abril deste ano, o Plenário da Câmara iniciou o processo de aprovação do projeto.

Denise conta que os debates sobre a adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid ocorrem desde 2001. Trata-se de uma medida defendida pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial - **INPI**, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN.

"O intuito, além da agilidade dos procedimentos, foi a redução dos custos aplicados, que, com a medida, poderiam ser reduzidos em até 90%", destaca Leonardo Theon de Moraes, advogado especialista em Direito Empresarial.

Ele diz que muitas empresas se sentiam relutantes quanto ao registro da marca por conta dos valores incidentes para registro nos outros países. "A necessidade de pagamento das taxas, contratação de advogados e outras despesas acabavam fazendo com que elas desistissem do registro."

A proposta aprovada recentemente junto ao Senado Federal, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) viabiliza o registro de marcas em até 120 países. "Dentre eles estão as maiores economias do mundo, como Estados Unidos, Japão, China, Rússia e União Europeia", destaca Denise Maria de Moraes.

A especialista explica que o tratado será administrado pela Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual (OMPI), sediada em Genebra. "Desta forma, assim que o processo de registro de marcas for encaminhado a este órgão, ele será o responsável pelo processo de registro das marcas nos demais países membros.", esclarece.

Com a adesão deste tratado, espera-se maior facilidade no registro e nos procedimentos de inscrição, além de redução dos custos incidentes e gestão dos processos. "Será possível estabelecer rapidez no tempo de resposta dos pedidos de registro e também realizar o monitoramento permanente da proteção da respectiva marca em todos os países em que o registro tiver sido realizado", aponta Theon de Moraes.

Além disso, espera-se que as empresas tenham maior segurança na tomada de decisão. Isso porque elas passarão a ter maiores garantias quanto ao esforço e investimento para o registro da sua marca no país. "Essa medida poderá inclusive facilitar a divulgação de pequenas empresas em outros países", conclui Denise.

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3, 7

**Patentes**

3, 8

**Denominação de Origem**

5

**Inovação**

6

**Marcas**

8

**Entidades**

9

**Arbitragem e Mediação**

9

**Propriedade Intelectual**

11

**Marco regulatório | INPI**

11